

Companhia
Securitizadora de
Créditos Financeiros
VERT-Rebel

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	6
Balancos patrimoniais	10
Demonstrações dos resultados	12
Demonstrações dos resultados abrangentes	13
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstrações dos fluxos de caixa	16
Demonstrações do valor adicionado	17
Notas explicativas às informações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Conselheiros e Diretores da
Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Vert-Rebel
São Paulo - SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Vert-Rebel (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Vert-Rebel em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão de perdas esperadas dos créditos a receber

Veja a Nota 5 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Conforme descrito nas notas explicativas nº 5, para fins da determinação da provisão de perdas esperadas dos créditos a receber, a Companhia classifica as operações de Cédulas de Crédito Bancário (“CCBs”) em três estágios. A classificação das operações de CCBs em estágios de risco envolve julgamentos da Companhia baseados em sua metodologia interna de classificação de risco, a qual é desenvolvida por meio de estudos internos, que envolvem histórico de pagamentos, prazo de vencimento por contrato e percentual de recuperação da carteira. Devido à relevância dos créditos a receber e ao alto grau de julgamento envolvido na determinação das provisões para perdas esperadas e ao impacto que eventuais alterações nas premissas utilizadas em sua determinação poderia ter nas demonstrações financeiras, consideramos este assunto como relevante para a nossa auditoria.</p>	<p>Realizamos o entendimento dos processos relacionados à elaboração do estudo para a determinação das provisões para perdas esperadas dos créditos a receber e ao processo de apuração desta estimativa. Com o auxílio dos nossos especialistas em modelagem de risco de crédito, revisamos a razoabilidade das premissas utilizadas pela Companhia para determinar as provisões para perdas esperadas dos comparando com os dados históricos dos créditos a receber, tais como histórico de pagamentos, prazo de vencimento por contrato e percentual de recuperação da carteira. Efetuamos ainda o recálculo das provisões para perdas esperadas dos créditos a receber tendo por base as premissas determinadas pela Companhia para a classificação dos estágios de risco e comparamos a razoabilidade das estimativas realizadas em exercícios anteriores com as perdas efetivas reconhecidas nos períodos subsequentes. Avaliamos também a razoabilidade das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras, principalmente em relação à descrição dos níveis de risco de crédito.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima, consideramos aceitáveis, no tocante à sua recuperabilidade, o saldo de créditos a receber, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.</p>

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

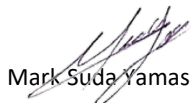
Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-027685/O-0 'F' SP



Mark Suda Yamashita

Contador CRC 1SP271754/O-9

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros VERT-REBEL

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	Passivos	Nota	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ativos				Passivos			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.689	8.678	Fornecedores	25	179	
Créditos a Receber	5	79.412	94.215	Impostos e contribuições a recolher	26	32	
Provisão para redução ao valor recuperável	5	(74.083)	(78.398)	Debêntures	6	7.282	31.010
Impostos a recuperar		5	5	Depósitos a identificar		34	-
Outros Créditos		128	10	Outras obrigações		8	-
Total do ativo circulante		<u>7.151</u>	<u>24.510</u>	Total do passivo circulante		<u>7.375</u>	<u>31.221</u>
Créditos a Receber	5	5.583	32.164	Debêntures	6	1.884	25.740
Provisão para redução ao valor recuperável	5	(3.767)	-				
Outros Créditos		5	-				
Total do ativo não circulante		<u>1.821</u>	<u>32.164</u>	Total do passivo não circulante		<u>1.884</u>	<u>25.740</u>
				Patrimônio líquido			
				Capital social	7.a	10	10
				(-) Capital a integralizar	7.a	(9)	(9)
				(-) Prejuízo Acumulado	7.b	(288)	(288)
				Total do patrimônio líquido		<u>(287)</u>	<u>(287)</u>
Total do ativo		<u><u>8.972</u></u>	<u><u>56.674</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>8.972</u></u>	<u><u>56.674</u></u>

As notas explicativas são partes integrantes das informações financeiras.

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Vert-Rebel

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais - R\$, exceto resultado por ação)

		31/12/2022	31/12/2021
	Nota		
Receitas Bruta	11	29.131	36.930
Custo dos serviços prestados	12	(2.829)	(3.849)
Receita Líquida		26.302	33.081
Resultado operacionais			
Despesas gerais e administrativas	13	(230)	(280)
Despesas tributárias	13	(69)	(113)
Provisão para redução ao valor recuperável CCBs		(29.490)	(43.157)
Provisão para redução ao valor recuperável Debentures		29.490	43.157
Resultado operacional antes do resultado financeiro		26.003	32.688
Receitas financeiras	14	2.200	4.536
Despesas financeiras	14	(28.203)	(37.224)
Resultado Financeiro		(26.003)	(32.688)
Resultado do exercício		-	-
Resultado por ação			
Resultado por ação - básico (em R\$)		-	-
Resultado por ação - diluído (em R\$)		-	-

As notas explicativas são partes integrantes das informações financeiras.

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros VERT-REBEL

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais - R\$)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Resultado do exercício	-	-
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u>-</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são partes integrantes das informações financeiras.

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros VERT-REBEL

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Capital Integralizado	(-) Capital a Integralizar	Prejuízo acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>10</u>	<u>(9)</u>	<u>(288)</u>	<u>(287)</u>
Resultado do exercício	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>10</u>	<u>(9)</u>	<u>(288)</u>	<u>(287)</u>
Resultado do exercício	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>10</u>	<u>(9)</u>	<u>(288)</u>	<u>(287)</u>
Varição do Patrimônio Líquido	-	-	-	-

As notas explicativas são partes integrantes das informações financeiras.

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros VERT-REBEL

Demonstrações dos fluxos de caixa Método Indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	-	-
Ajustes de		
Provisão para redução ao valor recuperável	29.490	43.157
Provisão de remuneração dos debenturistas	(29.490)	(43.156)
Redução (aumento) nos ativos e passivos operacionais		
(Aumento) Impostos a recuperar	-	6
(Aumento) Redução em Créditos a Receber / Debêntures	11.404	(13.699)
(Aumento) Redução em Outros Créditos	(122)	(10)
Aumento (Redução) em Fornecedores	(154)	179
Aumento (Redução) em Impostos a Recolher	(6)	21
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	42	-
Caixa utilizado nas atividades operacionais	11.164	(13.502)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	11.164	(13.502)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos aos Debenturistas	(18.153)	(911)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	(18.153)	(911)
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	(6.989)	(14.413)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.678	23.091
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.689	8.678
Variação do Caixa	(6.989)	(14.413)

As notas explicativas são partes integrantes das informações financeiras.

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros VERT-REBEL

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receitas Bruta		
Receita Operacional	29.131	36.930
Resultado de perda de crédito esperada	29.490	(43.157)
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos serviços prestados	(2.829)	(3.849)
Serviços prestados de terceiros	(230)	(280)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	55.562	(10.356)
Valor adicionado recebido em transferência		
Receita financeira	2.200	4.536
Valor adicionado total a distribuir	<u>57.762</u>	<u>(5.820)</u>
Distribuição do valor adicionado		
Impostos, taxas e contribuições	69	113
Despesas financeiras	28.203	37.224
Provisão de remuneração dos debenturistas(Perda na Emissão)	29.490	(43.157)
Resultado líquido do exercício	-	-
Valor adicionado distribuído	<u>57.762</u>	<u>(5.820)</u>

As notas explicativas são partes integrantes das informações financeiras.

COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS
VERT-REBEL

Relatório da Administração

São Paulo, 31 de março de 2023

Em cumprimento às determinações legais, submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros VERT-REBEL (“Companhia” ou “Emissora”) (anteriormente denominada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros VERT-FINTECH).

1. Contexto organizacional

A Companhia atua como securitizadora de créditos financeiros, constituída nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e da Resolução do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) nº 2.686, de 26 de janeiro de 2000, conforme alterada (“Resolução CMN 2.686/00”) com o objetivo exclusivo de aquisição de créditos oriundos de operações financeiras para posterior securitização destes créditos por meio da emissão de debêntures não conversíveis para distribuição pública ou privada nos mercados financeiro e de capitais do Brasil.

A Companhia tem por objeto social: (a) a aquisição e securitização de créditos financeiros; (b) a emissão e colocação, privada ou nos mercados financeiro e de capitais, de títulos de crédito e/ou valores mobiliários compatíveis com suas atividades; e (c) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos financeiros e emissões de títulos lastreados em tais créditos.

A Companhia não possui Companhias controladas. Desde a sua constituição até a data do presente período, toda a receita auferida pela Companhia foi proveniente de operações realizadas no Brasil, não havendo dependência de mercados estrangeiros.

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social integralizado da Companhia é de R\$ 10 mil, dividido em 10.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (10.000 ações ordinárias nominativas em 31 de dezembro de 2021).

Operações

A Companhia atua na aquisição de direitos creditórios que foram originados por meio da plataforma eletrônica da então existente Rebel Tecnologia e Serviços LTDA. (“Rebel Tecnologia” ou “Plataforma”), parte relacionada, e realiza tal aquisição com recursos captados por meio de emissão de debêntures. O valor integralizado por investidores é aplicado pela Companhia na compra dos direitos creditórios (cédulas de crédito bancário) por meio de endosso formalizado entre

a Companhia e as instituições financeiras parceiras, que concedem as operações de crédito originadas pela Plataforma. As cédulas de crédito bancário emitidas pelos tomadores, além de servirem de lastro para as emissões de debêntures da Companhia, também são dadas em garantia a todos investidores da emissão vinculada aos seus créditos, através de contratos de cessão fiduciária.

Os contratos de prestação de serviços relativos à originação, avaliação, cobrança e renegociação dos créditos representados pela Cédulas de Crédito Bancário (CCB) são executados pela Rebel Tecnologia.

2. Resultados

Desde sua constituição, em 4 de abril 2018, até o período findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia realizou 2 emissões de debêntures no montante total de R\$ 183.660 mil, qual atualmente foram integralizados R\$ 84.539. Com os recursos recebidos das CCBs, pagou aos debenturistas R\$ 64.036.

As debêntures asseguraram aos debenturistas, prêmios de reembolso e juros remuneratórios condicionados à realização dos créditos decorrentes das CCBs cedidas à Companhia.

		<i>Em R\$ mil</i>	
	Vencimento	Integralizações	Repagamentos
Debêntures - 1ª Emissão (i) (ii)	dez/21	17.489	16.849
Debêntures - 2ª Emissão (i)	fev/24	67.050	47.187
		84.539	64.036

(i) As CCBs referentes a 1ª e 2ª emissão, foram adquiridas por “Chamada de Integralização”, onde os investidores aportam conforme necessidade de caixa para compra de novas CCBs

(ii) A 1ª Emissão encontra-se encerrada.

Os recursos obtidos com as debêntures foram utilizados para a aquisição de CCBs no montante total de R\$ 212.569 mil.

		<i>Em R\$ mil</i>
		CCBs adquiridas
CCBs – 1ª Emissão (i) (ii)		21.540
CCBs – 2ª Emissão (i)		191.029
		212.569

(i) As CCBs referentes a 1ª e 2ª emissão, foram adquiridas por “Chamada de Integralização”, onde os investidores aportam conforme necessidade de caixa para compra de novas CCBs

(ii) A 1ª Emissão encontra-se encerrada.

Política de reinvestimento de lucros e distribuição de dividendos

Nos termos do artigo 32 do Estatuto Social, no encerramento do exercício, serão elaboradas as demonstrações financeiras exigidas por lei, observando-se, quanto à distribuição de resultado apurado, as seguintes regras:

1. Dedução dos prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e para a contribuição social sobre o lucro; e
2. Distribuição do lucro líquido do exercício, da seguinte forma: (a) 5% (cinco por cento) para a constituição de reserva legal, até que ela atinja 20% (vinte por cento) do capital social; (b) 25% (vinte e cinco por cento) do saldo, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, destinado ao pagamento do dividendo obrigatório; e (c) o saldo, se houver, após as destinações supra, terá o destino que lhe for dado pela Assembléia Geral.

3. Impactos do COVID-19

Ao analisar os possíveis impactos do COVID-19 na VERT-REBEL Securitizadora, foram realizadas reuniões para entender como a REBEL Tecnologia se preparou para o ocorrido. Nas reuniões foram apresentadas as seguintes ações para minimizar os impactos para os investidores, a companhia intensificou as cobranças junto aos devedores, fazendo assim um acompanhamento mais efetivo de seus clientes. Ainda sob os possíveis efeitos nas demonstrações financeiras anuais devemos analisar sob a seguinte ótica, as perdas por Provisão para perdas esperadas decorrem da perda estimada e incorrida por parte do cedente da operação, tendo sua contrapartida direta o valor presente das obrigações com investidores da securitização.

4. Auditoria e serviços de não auditoria

Finalmente, para os fins da Resolução CVM nº 162, de 13 de julho de 2022, a Administração da Companhia informa que durante o exercício de 2022, não foram prestados serviços de não auditoria para a Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros VERT-REBEL.

Notas explicativas às informações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

Data de início da emissão

A Companhia foi constituída em 04 de abril de 2018 e teve a aprovação do seu registro na Junta Comercial no dia 28 de agosto de 2018. A emissão (conforme indicada abaixo) de Debêntures da Companhia foi aprovada na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia em 20 de setembro de 2018.

Sumário da operação

A Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros VERT-REBEL (“Companhia” ou “Emissora”) (anteriormente denominada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros VERT-FINTECH) foi registrada em 01/06/2022 como companhia aberta categoria “S2”, conforme atualização requerida pela Resolução CVM nº 60/21, em substituição do registro encerrado de companhia aberta na categoria “B”, também junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e cuja sede social está localizada na cidade de São Paulo - SP. Sua controladora é a Vert Participações Ltda.

A Companhia tem como principais atividades: (i) a aquisição e a securitização de créditos financeiros oriundos de empréstimos celebrados por meio da plataforma eletrônica, desde que enquadradas nos termos do artigo 1º da Resolução do CMN nº 2.686/00; (ii) a emissão e a colocação, privada ou junto aos mercados financeiro e de capitais, de qualquer título ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação e da regulamentação aplicáveis; (iii) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; e (iv) a realização de operações de hedge em mercados derivativos visando a cobertura de riscos na sua carteira de créditos.

A Companhia foi constituída para a aquisição e a securitização de créditos financeiros oriundos de empréstimos celebrados por meio da plataforma eletrônica, representados por Cédulas de Crédito Bancário (“CCB”). Conforme previsto no “Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em 2 (duas) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros VERT-REBEL (“Escritura” e “Emissão”, respectivamente), as CCBs serão adquiridas durante o Período de Aquisição (conforme qualificado abaixo), ao término do qual os valores recebidos pela Companhia em virtude das CCB deverão ser destinados aos debenturistas.

O fluxo de caixa da Companhia será formado pela integralização das debêntures da Emissão e pelo recebimento dos recursos decorrentes dos pagamentos das CCBs. Do outro lado, as despesas incorridas pela Companhia referem-se a emissão das debentures, bem como os pagamentos aos debenturistas, conforme previsto na Escritura e no plano de negócios elaborado pela Administração.

Em decorrência da estrutura da operação, a Companhia não auferirá lucro decorrente de suas atividades operacionais.

Derivativos e riscos envolvidos

Não houve contratação de Derivativos na operação.

Retenção de riscos, garantias reais e fidejussórias

Os direitos creditórios são adquiridos pela Securitizadora sem coobrigação do cedente.

Aprovação para publicação

As informações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pela Administração em 31 de março de 2023.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações contábeis, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e de acordo com os pronunciamentos aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis a elaboração e Apresentação às Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na Nota Explicativa nº 6.

(i) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

(ii) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas financeiras da Companhia, como provisão para perda na carteira de créditos a receber, provisão para perda no prêmio das debêntures e provisão para contingências. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(iii) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada exercício e exercício de relatório.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração nestas demonstrações financeiras é determinado nessa base.

3 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas financeiras descritas abaixo de maneira consistente durante todo o exercício apresentado nestas demonstrações financeiras.

(i) Caixa e equivalentes de caixa

São ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, contas bancárias e investimentos financeiros de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original igual ou inferior a três meses e que são prontamente convertidos em um montante conhecido de caixa e sujeito a um risco insignificante de alteração no valor justo.

(ii) Receita de juros

A receita de juros é calculada utilizando-se o método de juros efetivos, aplicando-se a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto para os ativos que possuem problemas de recuperação de crédito classificamos como “não performado”.

A Companhia classifica uma operação de crédito como “não performado” se o pagamento do principal ou dos juros apresentar atrasos de 90 dias ou mais. Neste caso, a apropriação de juros deixa de ser reconhecida, visto que a Companhia avalia como baixa a probabilidade de recebimento.

Créditos a receber, constituídos por Cédulas de Crédito Bancário (CCBs), são adquiridos pela Companhia em caráter definitivo, irrevogável e irretroatável, sem coobrigação do cedente ou qualquer mecanismo de recompra dos créditos inadimplidos.

As aquisições dos créditos ocorrem durante o exercício de alocação de recursos, a qual tem o ciclo de 12 meses a partir da emissão das debentures. O prazo de vencimento dos créditos varia de 12 a 36 meses, a partir do mês de aquisição das CCBs e a taxa de retorno esperada não deve ser considerada como garantia de rentabilidade da carteira.

(iii) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável anual para contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

(iv) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo custo amortizado e subsequentemente mensurados ao valor justo, ou mantido a custo amortizado.

a. Classificação e mensuração dos ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

A classificação e a mensuração subsequente de ativos financeiros dependem do modelo de negócio no qual são administrados e das características de seus fluxos de caixa.

Custo amortizado: O custo amortizado é o valor pelo qual o ativo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, mais atualizações efetuadas utilizando o método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros, ajustado para qualquer provisão para perda de crédito esperada. Estão classificados nesta categoria os créditos a receber e outros ativos.

Valor justo: Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração. Estão classificados nesta categoria os Caixas e Equivalentes de Caixa e caixa restrito.

b. Provisão para perdas esperadas

As provisões são realizadas conforme determinado nas escrituras das debêntures, nelas estão previstas os percentuais e tabela para as provisões de perdas esperadas, dessa forma o cálculo apresentado é baseado e realizado conforme descrito nessas escrituras, objetivando a garantir que o volume de provisionamento reflita as condições econômicas vigentes, a composição da recebíveis, a qualidade das garantias obtidas e o perfil dos tomadores.

Vencimento (dias)	Percentual de provisão	Estágio
A vencer	0%	1
Atraso de 1 a 4	0%	1
Atraso de 5 a 15	Interpolação linear entre 0% (aplicável a 5 dias em adimplência) e 60% (aplicável a 30 dias em adimplência)	1
Atraso de 16 a 30	Interpolação linear entre 0% (aplicável a 5 dias em adimplência) e 60% (aplicável a 30 dias em adimplência)	2
Atraso de 31 a 60	Interpolação linear entre 60% (aplicável a 31 dias em adimplência) e 80% (aplicável a 60 dias em adimplência)	3
Atraso de 61 a 90	Interpolação linear entre 80% (aplicável a 61 dias em adimplência) e 100% (aplicável a 90 dias em adimplência)	3
Atraso maior que 91	100%	3

Classificação por estágios

- Estágio 1 – São todos os créditos que estão na faixa de a “a vencer” a “vencidos até dias”.
- Estágio 2 – São todos os créditos que estão na faixa de “vencidos de 16 dias” a “vencidos até 30 dias”.
- Estágio 3 – São todos os créditos que estão na faixa “vencidos acima de 30 dias”.

c. Classificação e mensuração dos passivos financeiros

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo custo amortizado e subsequentemente mensurados a valor justo ou mantidos a custo amortizado. Os seguintes passivos financeiros são classificados a Custo Amortizado: Fornecedores e Debêntures.

(v) Provisões

As provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício e exercício considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não há provisões para contingências.

(vi) Novas normas, alterações e interpretações

a. Resolução CVM 60 de 23 de dezembro de 2021

Dispõe sobre as companhias securitizadoras de direitos creditórios registradas na CVM e que revoga as Instruções CVM n.ºs. 414, de 30 de dezembro de 2004, 443, de 8 de dezembro de 2006, 600, de 1º de agosto de 2018, e 603, de 31 de outubro de 2018. Entrou em vigor em 2 de maio de 2022 e possui prazo de adaptação de 180 (cento e oitenta) dias subsequentes. A alteração não altera as obrigações trazidas pela CVM 476, mantendo-se o rol de atribuições e deveres à Companhia.

b. Reforma da taxa de juros de referência

Fase 2 (alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06) - As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06 relacionados a: Mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento; e Contabilidade de hedge. A Companhia avaliou e não identificou impactos de aplicação da norma em suas demonstrações financeiras.

c. Alterações à IFRS 3 (CPC 15(R1)) - Referência à estrutura conceitual

As alterações atualizam a IFRS 3 (CPC 15(R1)) de modo que ela se refere à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da Estrutura de 1989. Elas também incluem na IFRS 3 (CPC 15(R1)) a exigência de que, para obrigações dentro do escopo da IAS 37 (CPC 25), o aquisição em virtude de eventos passados. As alterações são aplicáveis a combinações de negócios cuja data de aquisição ocorra em ou após o início do primeiro exercício de relatório iniciado em ou após 1º de janeiro de 2022. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

d. Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12)

As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do exercício comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componente do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do exercício mais antigo apresentado. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

e. Alterações ao CPC 26: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: a) O que significa um direito de postergar a liquidação; b) Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; c) Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; d) Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Companhia vai avaliar os possíveis impactos de aplicação da alteração da referida norma em seus passivos.

f. Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas financeiras

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8, norma correlata ao CPC 23, no qual introduz a definição de ‘estimativa financeiras’. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas financeiras e mudanças nas políticas financeiras e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas financeiras. As alterações serão vigentes para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e serão aplicadas para mudanças nas políticas e estimativas financeiras que ocorrerem em, ou após, o início desse exercício. Adoção antecipada é permitida se divulgada. A Companhia vai avaliar os possíveis impactos de aplicação da alteração na referida norma mas não espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras.

g. Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas financeiras

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1, norma correlata ao CPC 26 (R1) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas financeiras. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas financeiras que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas financeiras significativas para políticas financeiras materiais e adicionando guias de como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas financeiras. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas financeiras, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia vai avaliar os possíveis impactos de aplicação da alteração da referida norma na divulgação de suas políticas financeiras.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2022, o caixa e equivalentes de caixa, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa conciliado com o balanço patrimonial, está composta da seguinte forma:

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e banco conta movimento	1.613	1.158
Aplicações financeiras	76	7.520
	1.689	8.678

O saldo classificado como caixa e equivalentes de caixa, refere-se à disponibilidades da Companhia representados por Certificados de Depósito Bancários. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a remuneração média das aplicações financeiras foi de 93,75% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (“DI”), realizados junto ao Banco Bradesco S.A. e Itau Unibanco, e que se enquadram nos requisitos de baixo risco, alta liquidez e com prazo de resgate abaixo de 90 dias.

5 Créditos a receber

O saldo de contas a receber refere-se aos direitos creditórios adquiridos, elegíveis como lastro de operações de securitização de créditos financeiros originados pela Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros VERT-REBEL, através de sua plataforma online para concessão de empréstimos pessoais, para fins da emissão de debêntures.

a. Descrição das características dos direitos creditórios

Os direitos creditórios da carteira de crédito da Securitizadora são oriundos de contratos de empréstimo pessoal celebrados pela Rebel com seus clientes.

b. Critérios de elegibilidade e condições de cessão

Nos termos de estruturação da carteira de créditos cedidos ficou definido que somente poderiam ser cedidos à Emissora os direitos sobre os créditos que atendam cumulativamente às seguintes condições:

- CCB que não tenham prazos inferiores a 4 (quatro) meses ou superiores a 36 (trinta e seis) meses; e
- CCB com taxa de juros entre 2% (dois por cento) até 9% (nove por cento) ao mês.

c. Transferência dos riscos e benefícios de propriedade dos direitos creditórios

Os direitos creditórios são adquiridos pela Securitizadora sem coobrigação do cedente.

d. Composição dos recebíveis

	31/12/2022	31/12/2021
Contas a Receber (i)	105.160	126.379
(-) Perdas de crédito esperadas e renegociação	(77.850)	(59.900)
(-) Renegociação (ii)	(20.165)	(18.498)
Total	7.145	47.981

Ativo circulante	5.329	15.817
Ativo não circulante	1.816	32.164

- i. O saldo de contas a receber é, em sua totalidade, as aquisições de direitos de créditos financeiros, o qual tem prazo de 12, 24 e 36 meses. Atualmente a média desses prazos é de 15 meses.
- ii. Em 2021 a Rebel apresentava o saldo de renegociação dentro do volume de contas a receber e significava em 31 de dezembro de 2021 R\$ 18.498 (dezoito milhões quatrocentos e noventa e oito mil reais). Em 2022 essa métrica foi alterada para distinguir o montante da renegociação conforme apresentado.

e. Movimentação dos recebíveis

	2022	2021
Saldo inicial	47.981	43.442
Aquisição de CCBs	-	86.255
Juros e encargos	31.161	36.929
Provisão para perdas esperadas	(29.431)	(43.157)
Amortização Principal e Juros	(42.566)	(75.488)
Saldo final	7.145	47.981

f. Composição dos recebíveis por faixa de vencimento

	31/12/2022	31/12/2021
Vencidos		
De 0 a 30 dias	2.432	2.629
De 31 a 60 dias	2.406	2.454
De 61 a 90 dias	2.303	2.253
De 91 a 180 dias	7.455	6.984
De 181 a 360 dias	13.077	13.866
Acima de 360 dias	34.475	23.545
A vencer:		
De 0 a 30 dias	1.835	3.570
De 31 a 60 dias	1.898	4.011
De 61 a 90 dias	1.617	3.589
De 91 a 180 dias	4.529	11.079
De 181 a 360 dias	7.384	20.234
Acima de 360 dias	5.583	32.165
Provisão para perdas esperadas	(77.850)	(78.398)
Total	7.145	47.981

g. Provisão para perdas esperadas dos recebíveis

Atualmente a provisão para perdas esperadas está segregado nas seguintes faixas de estágios:

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para perdas esperadas – Estágio 1	-	1.322
Provisão para perdas esperadas – Estágio 2	-	-
Provisão para perdas esperadas – Estágio 3	-	8.522
Total Provisão para perdas esperadas – 1ª emissão	-	9.844
Provisão para perdas esperadas – Estágio 1	16.906	16.010
Provisão para perdas esperadas – Estágio 2	1.283	759
Provisão para perdas esperadas – Estágio 3	59.661	51.785
Total Provisão para perdas esperadas – 2ª emissão	77.850	68.554
Total Provisão para perdas esperadas – Estágio 1	16.906	17.333
Total Provisão para perdas esperadas – Estágio 2	1.283	759
Total Provisão para perdas esperadas – Estágio 3	59.661	60.307
Total Provisão para perdas esperadas 1ª e 2ª Emissão	77.850	78.398

6 Debêntures

1ª Emissão

Em 31 de outubro de 2018, a Companhia emitiu a primeira série de Debêntures no total de 16.660 Debêntures (distribuídas conforme mencionado acima) no Preço Unitário (PU) de R\$ 1 (um mil reais). De acordo a Escrituração das Debêntures da 1ª Emissão, a captação de recursos visava o montante de R\$ 16.660 (dezesesseis milhões, seiscentos e sessenta mil reais) com 16.660 (dezesesseis mil, seiscentas e sessenta) Debêntures emitidas, observado o disposto na Escritura a respeito da possibilidade de distribuição parcial, sendo que (i) a 1ª (primeira) série é composta por 14.994 (quatorze mil novecentos e noventa e quatro) Debêntures; e (ii) a 2ª (segunda) série é composta por 1.666 (mil seiscentos e sessenta e seis) Debêntures.

Em 31 de dezembro de 2022 a 1ª emissão esta integralizada em sua totalidade, somando um montante de R\$ 17.489, sendo R\$ 15.761 da 1ª Série e 1.728 da 2ª Série. Como a escritura permitia a integralização com a operação em andamento, as integralizações realizadas após 31 de outubro 2018, foram integralizadas com o PU na curva, ou seja, o valor do título atualizado pela taxa determinada na escritura.

2ª Emissão

Em 5 de julho de 2019, a Companhia emitiu sua segunda série de Debêntures no total de 167.000 Debêntures (distribuídas conforme mencionado acima) no Preço Unitário (PU) de R\$ 1 (um mil reais). De acordo a Escrituração das Debêntures da 2ª Emissão, a captação de recursos visava o montante de R\$ 167.000 (cento e sessenta e sete milhões de reais) com 167.000 (cento e sessenta e sete mil) Debêntures emitidas, observado o disposto na Escritura a respeito da possibilidade de distribuição parcial, sendo que (i) a 1ª (primeira) série é composta por 150.000 (cento e cinquenta mil) Debêntures; e (ii) a 2ª (segunda) série é composta por 17.000 (dezesete mil) Debêntures.

Do montante total a subscrever, foi integralizado até 31 de dezembro de 2022 o montante acumulado de R\$ 66.517, sendo R\$ 59.742 da 1ª Série e R\$ 6.775 da 2ª Série.

Características das emissões

a. Remuneração

As debêntures possuem juros remuneratórios que correspondem a 100% da taxa DI, acrescida de sobretaxa de 6,00% ao ano. O cronograma de pagamentos é dividido em liquidação de juros e amortização do principal.

b. Amortização

A amortização terá início após o prazo de 12 meses para alocação, sendo o exercício transcorrido entre a data de emissão e a última data de integralização das debêntures em 1º de outubro de 2019, o vencimento determinado em escritura das debentures sendo, a 1ª emissão para 12 de dezembro de 2022 e a 2ª emissão para 14 de fevereiro de 2024.

Para ocorrência dos pagamentos de ambas as séries deverão obedecer à seguinte lógica, respeitando a ordem de alocação a seguir:

1. Pagamento de juros remuneratórios acumulados até seu esgotamento da 1ª série;
2. Amortização do principal até o limite de 98% do saldo do valor nominal unitário das debêntures da 1ª série;
3. Pagamento de juros remuneratórios acumulados até seu esgotamento da 2ª série;
4. Amortização do principal até o limite de 98% do saldo do valor nominal unitário das debêntures da 2ª série;
5. Prêmio de reembolso; e
6. Amortização final correspondente aos 2% do saldo do valor nominal unitário das debêntures da 1ª e da 2ª série.

c. Garantias

As debêntures são garantidas pelos próprios direitos creditórios vinculados.

d. Risco de crédito

As debêntures não possuem rating de risco de crédito com base em agências oficiais.

Composição das obrigações com debêntures

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo das debêntures somava:

	31/12/2022	31/12/2021
Debêntures emitidas	9.166	56.750
Total	9.166	56.750
Passivo circulante	7.282	31.010
Passivo não circulante	1.884	25.740

Movimentação das debêntures

	31/12/2022	31/12/2021
Emissão 1 - Série 1		
Saldo anterior	37	298
(-) Pagto debêntures	-	(1.148)
(±) Perdas de crédito esperadas	30	357
(±) Prêmio	-	(4)
Transf. saldo deb. Emissão 2	(59)	534
Transf. Para Fundo	(8)	-
	<u>-</u>	<u>37</u>
Emissão 2 - Série 1		
Saldo anterior	56.713	66.517
(-) Pagto debêntures	(45.693)	-
(±) Perdas de crédito esperadas	(29.460)	(42.800)
(+) Prêmio	27.547	33.525
Transf. saldo deb. Emissão 1	59	(534)
	<u>9.166</u>	<u>56.713</u>
Saldo total das Emissões	9.166	56.750

As Debêntures da 1º e 2º emissão assegurarão aos debenturistas um prêmio de reembolso correspondente ao montante líquido recebido pela Companhia a título de pagamento das CCBs vinculadas à emissão e existentes na carteira da Companhia na data do respectivo pagamento (“Prêmio”), descontados os valores pagos pela Companhia a título de amortização extraordinária obrigatória, calculado desde a data de emissão ou a data de pagamento de prêmio imediatamente anterior, e será pago ao final de cada exercício de apuração. O pagamento do prêmio condiciona-se à realização dos créditos decorrentes das CCBs cedidas à Companhia.

7 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia se encontra emitido e subscrito. Em 31 de dezembro de 2021, igualmente, já havia a subscrição e emissão. A integralização ocorreu em 04 de abril de 2018, em fase pré-operacional, no valor de R\$ 10 (dez mil reais), representando 10.000 (dez mil) ações ordinárias, distribuído entre os seguintes acionistas:

	Número de ações	%
Vert Participações Ltda.	<u>10.000</u>	<u>100,00</u>
Total	10.000	100,00

O Instrumento Particular de 8ª alteração do Contrato Social da Vert Participações Ltda., datado de 20 de julho de 2022, celebra a incorporação da Vert Créditos Ltda. pela Vert Participações Ltda., de forma que o capital social da incorporada de R\$ 1 (hum mil reais) passa a integrar o patrimônio da incorporadora.

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, até o limite de 20% do Capital Social. Em 31 de dezembro de 2021 não foram constituídas devido a não ter registrado lucro.

c. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 1% do resultado do exercício ajustado na forma da lei. Os dividendos a pagar são destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo. Face ao resultado do exercício, não foi distribuído dividendos no exercício.

8 Gerenciamento de capital

A política da Companhia é manter um equilíbrio entre ativos e passivos para que os riscos e os retornos e prazos sejam análogos na ponta ativa e passiva de suas transações, operando desalavancada de forma a não exigir uma base de capital substancial para manter a confiança do investidor.

9 Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não possuía operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

10 Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

a. Riscos de crédito

Apesar da Companhia não deter o risco de crédito, há o risco de os ativos vinculados às debêntures incorrer em perdas financeiras caso um tomador falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de créditos a receber. Conforme estipulado nas escrituras de emissão das debêntures, a remuneração dos debenturistas é atrelada ao recebimento líquido das CCBs, dessa forma, o risco de crédito pelo inadimplemento das CCBs é compensado na remuneração do debenturista.

A exposição ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. A avaliação de crédito é feita no momento da solicitação do crédito na plataforma da REBEL Tecnologia que, analisa individualmente cada novo cliente, quanto à sua condição financeira antes de apresentar uma proposta de limite de crédito e termos de pagamentos.

A Companhia efetua renegociações de empréstimos em situação de atraso, objetivando a maximização do retorno da carteira para os debenturistas, em casos em que as renegociações se estendem por exercício superior ao esperado para a carteira de crédito da CCB renegociada, vencendo o exercício de vigência das Debêntures, há a dação em pagamento dos montantes em aberto aos debenturistas das respectivas emissões.

A Companhia não exige garantias com relação aos “Créditos a receber”.

Caixa e equivalentes de caixa e caixa restrito

A Companhia detinha Caixa e equivalentes de caixa e caixa restrito totalizando R\$ 1.689 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 8.678 em 31 de dezembro de 2021). O caixa e equivalentes de caixa e o caixa restrito são mantidos com instituições financeiras de primeira linha.

b. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito e outros investimentos em um montante equivalente às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros de acordo com os cronogramas de desembolso de pagamento do principal e prêmios aos debenturistas. Tendo em vista que, a remuneração dos debenturistas é atrelada ao recebimento líquido das CCBs, a Companhia monitora também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do ‘Contas a receber de clientes’ em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas às ‘Debêntures’.

11 Receita operacional

A Companhia registra como receita operacional os juros das CCBs incorridos no exercício.

	31/12/2022	31/12/2021
Receita Operacional	29.131	36.930
Custos dos serviços prestados	(2.829)	(3.849)
Total Receita Operacional	26.302	33.081

12 Custo dos serviços prestados

	31/12/2022	31/12/2021
Gestão de Carteiras	(1.279)	(1.092)
Custo Cetip	(1)	(9)
Consultoria	(1.104)	(2.588)
Agente Fiduciários	(35)	(53)
Taxas CVM/B3	(16)	(20)
Tarifa Banco Liquidante	(100)	(55)
Cobrança	(294)	(32)
	<u>(2.829)</u>	<u>(3.849)</u>

13 Despesas gerais, tributárias e administrativas

As despesas gerais, administrativas e tributárias referem-se, substancialmente, a:

	31/12/2022	31/12/2021
Auditoria	(145)	(128)
Assessoria Contábil	(58)	(56)
Anúncios e Publicações	(15)	(39)
Honorários advocatícios	-	(5)
Despesa de Software	(12)	(51)
Impostos e Taxas	(69)	(116)
	<u>(299)</u>	<u>(395)</u>

14 Resultado financeiro

O resultado financeiro do exercício é composto pelas despesas de juros das debêntures e das receitas de aplicações financeiras, conforme abertura abaixo.

	31/12/2022	31/12/2021
Outras receitas financeiras	2.200	4.535
Prêmio das debêntures	(27.689)	(34.969)
Outras despesas financeiras	(514)	(2.254)
	<u>(26.003)</u>	<u>(32.688)</u>

15 Partes relacionadas

Para atendimento do Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação de Partes Relacionadas, foi definido como partes relacionadas:

- (a) Pessoal chave dessa instituição: todos os membros que compõem sua Diretoria.
- (b) Controladora: VERT Participações.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a empresa não possui transação com partes relacionadas. Companhia aplicou as políticas financeiras descritas abaixo de maneira consistente durante todo o exercício e exercício apresentado nestas demonstrações financeiras.

16 Outras informações

Impacto do COVID-19

Os eventos de pagamento de juros e amortização continuaram ocorrendo, na 1ª emissão, nas datas estabelecidas. Impactos do COVID-19 foram observados na necessidade de avaliação mensal sobre a ocorrência ou não de entrada de capital pelos investidores (Integralizações) na 2ª emissão.

A Companhia informa que em resposta aos efeitos do Coronavírus e visando zelar pelas famílias brasileiras, tem adotado as medidas sugeridas pela Organização Mundial de Saúde, bem como as do Ministério da Saúde do Brasil e aquelas emanadas da União, Estados e Municípios. A Companhia segue monitorando os riscos e incertezas advindos deste evento.

Neste momento devido aos impactos do COVID-19 a companhia havia suspenso temporariamente a originação de novos créditos. Esta ação está tomada a desde março de 2020 qual foi mantida até novembro. Os possíveis efeitos de inadimplência efetiva, estão sendo analisados pela Companhia, porém os efeitos definitivos, serão observados nos próximos meses, em que a carteira estará mais maturada.

Do ponto de vista de caixa, a Companhia encontra-se em um cenário de liquidez favorável, porém observa a evolução dos fatos, bem como aguarda medidas governamentais, de ordem de saúde pública bem como econômicas e tributárias, que possam garantir a serenidade, retomada e prosperidade econômica e social do país. A Companhia se resguarda o direito de revisar suas ações e projeções, fruto de alterações futuras que possam advir do tema em tela.

Cobertura de seguros

A Companhia não possui seguros vigentes face os riscos de incêndio, roubos, responsabilidade civil ou outro.

Benefícios pós-emprego

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não tem políticas que ofereçam benefícios pós-empregos aos seus colaboradores e administradores.

Contingências

A Companhia não apresenta contingências a serem destacadas em suas demonstrações financeiras ou notas explicativas.

17 Eventos subsequentes

A Companhia divulga que tomou conhecimento do Ofício Circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP, com orientações quanto a aspectos relevantes a serem observados quando da elaboração e publicação das Demonstrações Contábeis para o exercício social encerrado em 31.12.2022, em face de decisão do STF sobre coisa julgada em matéria tributária e informa que não possui nesta apresentação fatores que mereçam aplicabilidade e/ou destaque.